

Co-financiamento é a única alternativa, diz economista

Divida Externa
MONICA MAGNAVITA

O GLOBO

15 FEV 1987

Para furar o cerco dos bancos credores, que não estão mais dispostos a liberar financiamento a longo prazo, o Brasil deve recorrer a entidades como Banco Mundial, Bird, e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Com um pouco de jogo de cintura, as nações endividadas levantariam co-financiamentos entre estas entidades e a comunidade financeira internacional para realizar projetos de desenvolvimento do País.

A alternativa foi levantada pela economista Maria Sílvia Bastos Marques, do Centro Monetário e de Economia Internacional, da Fundação Getúlio Vargas, acrescentando que a posição dos credores tem sido marcada pela inflexibilidade, ao ponto de haver poucas possibilidades de o País conseguir firmar um acordo de reescalonamento da dívida por um prazo superior a 1987. A instabilidade interna do País torna a posição dos credores mais dura e as possibilidades de um programa longe da ingerência do FMI são cada vez mais remotas.

Mas o Brasil precisa de dinheiro novo para impulsionar os investimentos e evitar que as estatais se transformem em sucata tecnológica. Cada vez mais os bancos resistem a se envolverem com o lado da América endividada e a opção dos credores por operações de curto prazo pode deixar o Brasil, e outras nações latino-americanas, em uma encruzilhada. Não é difícil prever quem vai ganhar essa queda de braço.

O País perdeu todo o poder de barganha que detinha no ano passado. As reservas internacionais, que em outubro giravam em torno de US\$ 5,6 bilhões (último dado oficial do Banco Central) devem ter caído, segundo Maria Sílvia, para níveis inferiores a US\$ 3 bilhões. Isso significa que a caixa do País não garante, hoje, importações de três meses. Em 1985, a posição de caixa do Brasil era de US\$ 10,7 bilhões.

Além disso, as perspectivas de aumento do superávit comercial são remotas. A julgar pelo comportamento do saldo mensal, que desceu de US\$ 1 bilhão por mês no início do ano passado, para US\$ 100 milhões em novembro, e deverá atingir níveis negativos no mês passado, o Brasil não vai conseguir fazer frente às exigências dos credores. Em outras palavras, não vai poder pagar os juros da dívida da ordem de US\$ 8 bilhões este ano se não entrar dinheiro novo no País, arriscou Maria Sílvia.

A crise da dívida latina

foi acirrada com a decisão do Equador de suspender o pagamento dos juros na semana passada, em função de problemas no fluxo de caixa. Até o momento o país era tido, segundo a imprensa americana, como o "mais confiável" do hemisfério e vinha seguindo à risca as orientações do FMI. Atualmente países como o Chile tentam conseguir financiamento de US\$ 600 milhões e depois de dois meses de negociações com os credores ainda não houve qualquer definição. O México, única nação latina que obteve empréstimos recentes de US\$ 6 bilhões, também não recebeu um dólar até agora.

Para Maria Sílvia, o Governo brasileiro não deve afastar a possibilidade de suspensão do pagamento e centralização do câmbio. No contexto atual, um acordo plurianual da dívida externa deve ser esquecido. O Brasil vai ter que contar com todo seu poder de fogo para tentar fugir de um monitoramento do FMI, porque diante da instabilidade interna, as preocupações dos credores aumentaram. Na sua opinião, embora o acordo com o Clube de Paris tenha conseguido este êxito, é pouco prevável que os credores internacionais abram mão de um acordo brasileiro com o Fundo.

O problema é que a política nacional neste ponto é bem definida. O Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, já deixou claro que não vai aceitar a presença ostensiva do FMI no País. Politicamente, o Governo tem muito a perder se voltar atrás. "A questão externa é a carta que a equipe econômica tem guardada na manga para resgatar a credibilidade", acredita Sílvia, que classifica a situação de "muito delicada".

—Não há muita margem de manobra, explica a economista. O Brasil não terá como pagar as amortizações que venceram no primeiro trimestre do ano, da ordem de US\$ 3 bilhões, incluindo linhas de crédito de curto prazo. Elas foram renovadas até 31 de março e provavelmente serão incluídas no novo pacote a ser amarrado na próxima rodada de negociações no início de março. Caso semelhante só ocorreu em 1983/84, quando o Governo rolava as amortizações a cada três meses".

— O ideal seria firmarmos um acordo plurianual, opina Maria Sílvia. Ele evitaria o desgaste das autoridades econômicas a cada 12 meses, e a atenção do Governo não seria desviada com tanta frequência dos assuntos internos do País.